

**ENAMAT**

# **O novo CPC e os impactos no processo do trabalho**

**Estêvão Mallet**

Universidade de São Paulo

# Código Civil

Art. 222. O telegrama, quando  
lhe for contestada a  
autenticidade, faz prova mediante  
conferência com o original  
assinado.

# Projeto de CPC

Art. 20. É admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.

# Projeto de CPC

Art. 10. Em qualquer grau de jurisdição, o órgão jurisdicional não pode decidir com base em fundamento a respeito do qual não se tenha oportunizado manifestação das partes, ainda que se trate de matéria apreciável de ofício.

# Corte Européia de Direitos Humanos

*“une procédure contradictoire...implique en principe la faculté pour les parties à un procès, pénal ou civil, de prendre connaissance de toute pièce ou observation présentée au juge, même par un magistrat indépendant, en vue d’influencer sa décision, et de la discuter” (Vermeulen c. Belgique, Processo n. [19075/91](#), decisão de 20.02.1996 ).*

# CPC de Portugal

Art. 3º, n. 3: “O juiz deve observar e fazer cumprir, ao longo de todo o processo, o princípio do contraditório, não lhe sendo lícito, salvo caso de manifesta desnecessidade, decidir questões de direito ou de facto, mesmo que de conhecimento oficioso, sem que as partes tenham tido a possibilidade de sobre elas se pronunciarem.”

# Projeto de CPC

Art. 1.008. Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.

# Projeto de CPC

Art. 1.020.....

§ 7º O equívoco no preenchimento da guia de custas não implicará a aplicação da pena de deserção, cabendo ao relator, na hipótese de **dúvida quanto ao recolhimento**, intimar o recorrente para sanar o vício no prazo de cinco dias.



# Projeto de CPC

Art. 1.042.....

§ 3º O Supremo Tribunal Federal ou o Superior Tribunal de Justiça poderá desconsiderar **vício formal de recurso** tempestivo ou determinar sua correção, desde que não o repute grave.

# CLT

Art. 896.....

§ 11. Quando o recurso tempestivo contiver defeito formal que não se repute grave, o Tribunal Superior do Trabalho poderá desconsiderar o vício ou mandar saná-lo, julgando o mérito.

# Projeto de CPC

Art. 520. Os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente.

# Projeto de CPC

Art. 521.....

§ 10. Na hipótese de alteração de jurisprudência dominante, sumulada ou não, ou de precedente, o tribunal poderá modular os efeitos da decisão que supera o entendimento anterior, limitando sua retroatividade ou lhe atribuindo efeitos prospectivos.

# CLT

Art. 896-C.....

§ 17. Caberá revisão da decisão firmada em julgamento de recursos repetitivos quando se alterar a situação econômica, social ou jurídica, caso em que será respeitada a segurança jurídica das relações firmadas sob a égide da decisão anterior, podendo o Tribunal Superior do Trabalho modular os efeitos da decisão que a tenha alterado.”

# Suprema Corte dos Estados Unidos

*“The sound and true rule is, that if **the contract when made was valid** by the laws of the State, as then expound by all departments of its government, and administered in its courts of justice, **its validity and obligation cannot be impaired by any subsequent** act of the legislature of the State, or **decision of its courts, altering the construction of the law**” (Ohio Ins. Co. v. Debolt)*